



**CONSULTORIA JURÍDICA
PARECER Nº 341**

PROJETO DE LEI Nº 11.393

PROCESSO Nº 68.390

De autoria do Vereador **ADNAN BERNINI**, o presente projeto de lei declara de utilidade pública a **ASSOCIAÇÃO DOS MOTOCICLISTAS DE JUNDIAÍ E REGIÃO**”.

A propositura encontra sua justificativa às fls. 04, e vem instruída com os documentos de fls. 5/27, o que a torna apta a ser analisada.

É o relatório.

PARECER:

A proposta se nos afigura ilegal.

DA ILEGALIDADE

O projeto de lei em exame encontra amparo na Lei Orgânica de Jundiaí (art. 6º, *caput*, e art. 13, I, *c/c* o art. 45), assim como no Regimento Interno (art. 190), normas que lhe conferem a condição legalidade quanto à iniciativa e à competência tão somente a nível local.

Todavia, a propositura não se enquadra no disposto na Lei Federal 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

Referido diploma legal assim estabelece:

(...)

“Art. 2º. Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

(...)

V – as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

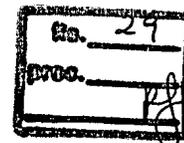
(...)

IX – as organizações sociais”





Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo



(...)

Dispositivo inserto no Estatuto da entidade indica a finalidade a que ela se destina, eis que, consoante estabelece a clausula primeira – Da Denominação, Finalidades, Sede e Fonte de Recursos, a Associação **visará a promoção da fraternidade e cooperação entre os motoristas e simpatizantes de motocicleta de Jundiaí e região, defendo no âmbito de suas atribuições a boa imagem dos motociclistas;**”.

No Parágrafo Segundo da Cláusula Primeira assevera: “ **A Associação terá como fonte de recursos a contribuição de mensalidade dos sócios pagantes que deverão ser aceitos com unanimidade pela diretoria e associados pagantes vigentes,** .

Desta forma, fica demonstrado que há impedimento de natureza legal incidente sobre a matéria, que a torna ilegal por afrontar norma federal. Quanto ao quesito mérito, pronunciar-se-á o soberano Plenário.

Deverá ser ouvida apenas a Comissão de Justiça e Redação, cujo parecer abrangerá também o mérito, nos termos do art. 47, I, do R.I.

QUORUM: maioria simples (art. 44, *caput*, L.O.M.).

S.m.e.

Jundiaí, 4 de novembro de 2013.

Ronaldo Salles Vieira
Ronaldo Salles Vieira
Consultor Jurídico

Fábio Nadal Pedro
Fábio Nadal Pedro
Consultor Jurídico